

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

RENATA FERREIRA

POR UMA HISTÓRIA ORAL DOS TRADUTORES/INTÉRPRETES DE
LIBRAS: DISCUTINDO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

SÃO CARLOS - SP
2019

RENATA FERREIRA

POR UMA HISTÓRIA ORAL DOS TRADUTORES/INTÉRPRETES DE LIBRAS:
DISCUTINDO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua de Sinais Brasileira - LIBRAS / Língua Portuguesa da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, para obtenção do título de Bacharela em Tradução e Interpretação em Libras / Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Me. João Paulo da Silva

São Carlos - SP
2019

*Dedico este trabalho à minha família e ao meu esposo que, de uma forma singular,
teve paciência comigo durante esse longo período.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus por ter me dado saúde e entendimento para cursar essa faculdade.

Estendo os meus agradecimentos:

Ao meu orientador Prof. Ms. João Paulo da Silva.

Aos meus familiares por acreditarem em mim, a meu pai Luiz Ferreira (*in memoriam*) mesmo não podendo estar presente, sei que estaria muito orgulhoso; a minha mãe Maria José, que está tendo a sua primeira filha graduada; e ao meu esposo Paulo.

Aos professores Diléia Aparecida Martins Briega, que no momento das nossas angústias sempre nos socorreu com uma palavra amiga; à Janaina Cabello, que sempre esteve enriquecendo nossas aulas com discussões que mudaram a minha visão de mundo e à Prof. Vanessa Martins aceitando avaliar este trabalho e trazendo grandes contribuições para ele.

Ao Tradutor e Intérprete de Libras Anderson Marques.

Aos meus amigos e parceiros de curso Dayane Marques e Robson Marques sempre dando um apoio moral dentro e fora do curso.

Uma frase que eu resumo todos esses anos dentro desta Universidade tão renomada é: “A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho normal”. (Albert Einstein).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a elaboração de um projeto de história oral de tradutores-intérpretes de língua de sinais (TILS) e, a partir da narrativa oral, buscar entender em que se que constituem esse saber do que vou chamar aqui de 'primeira geração', isto é, o grupo formado por aqueles que, iniciando atividades de tradução e interpretação libras/português entre os anos de 1980 e 2000 em contextos de comunidades evangélicas, passaram, posteriormente, a atuar profissionalmente como intérpretes de Libras (língua brasileira de sinais) no campo que foi iniciado a partir das diversas lutas que esses mesmos intérpretes, em parceria com a comunidade surda, desempenharam na reivindicação pelos direitos dessa comunidade (SILVA, 2012). Este projeto se justifica na medida em que estamos num momento histórico de transição na constituição do perfil profissional dos tradutores-intérpretes de libras/português no Brasil: por determinação legal, com a abertura de cursos superiores de formação em tradução e interpretação em libras/português, os tradutores-intérpretes profissionais deixam de ser formados informalmente em comunidades religiosas e passam a ser formados em cursos superiores nas universidades. O registro da experiência acumulada pelos tradutores/intérpretes da primeira geração que hoje atuam profissionalmente, já com mais de vinte anos de atuação e com grande notoriedade entre a comunidade surda, é um importante trabalho a ser feito, mas até agora ainda não desenvolvido. Certamente, a narração de experiência dessa geração de intérpretes traz uma importante contribuição para formação da nova geração de intérpretes, pois, sem memória e sem projeto, não há produção de conhecimento. A partir da entrevista concedida, analisaremos, tomando como base os procedimentos de Leite (2004) em seu trabalho com história oral, o sistema de conhecimentos, suposições e crenças que os formadores de intérpretes têm em relação à formação de novos intérpretes e às competências necessárias para atuação nesse campo de atuação profissional. Essa é uma pesquisa qualitativa com estudo de caso por meio de entrevista semiestruturada, entrevistamos um intérprete profissional de uma Universidade Federal que trouxe o seguinte resultado: observamos pela fala do entrevistado a importância da aproximação do intérprete do contexto em que ele pretende atuar, pois experiência direta com o espaço de atuação e as trocas que nele se estabelecem são elementos importantes nas práticas formativas.

PALAVRAS-CHAVE: intérprete de Libras; história oral; inclusão social.

ABSTRACT

This work aims to discuss the elaboration of a project of oral history of sign language translators-interpreters and, analyzing the oral narrative, trying to understand what constitutes this knowledge of I will call here 'first generation', that is, those who started the activities of translation and interpretation between the year of 1980 and 2000, in the context of evangelical communities. Afterwards, these interpreters started his professional practices as interpreters of Libras, and, then, in the field started from a range of struggles that these same interpreters, in partnership with the deaf community, help in the claim for rights of this community (SILVA, 2012). This project is justified by the fact that we are in a historic moment of transition in the constitution of a professional profile of translators-interpreters of Libras/Portuguese in Brazil: after the sign of the law of Libras, superior courses for training translators-interpreters in Libras/Portuguese were opened. Because of that, these professional are no longer informally trained in religious communities, but they are now trained in colleges in the universities. Recording the experience accumulated by 'first-generation' of translators-interpreters who work professionally today, already with more than twenty years of experience and great notoriety in the deaf community, is an important work to be done, but so far have not been developed yet. Certainly, the narration of the experience of this generation of translators-interpreters brings an important contribution to the formation of a new generation of interpreters, because without memory and without project, there is no production of knowledge. From interviews recorded, and based on the procedures of Leite (2004) in his work with oral history, we analyzed the system of knowledge, assumptions and beliefs that interpreter of 'first generations' have in relation to the training of new interpreters and those who practice to work in this professional field. This is a qualitative research with case study through semi-structured interview. We interviewed a professional interpreter from a Federal University that brought the following results: we observed, analyzing that interview, the importance of the participation of the interpreter in the context s/he intends to act, since the direct experience with the space of actuation and the challenges that are established there are important elements in the formative practices.

KEYWORDS: interpreters of libras, oral history, social inclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: CONTEXTO POLÍTICO-SOCIAL DA EMERGÊNCIA DE FORMAÇÃO COMUNITÁRIA E ACADÊMICA	5
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA: POR UMA HISTÓRIA ORAL DE TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS	9
CAPÍTULO 3 – ENTREVISTANDO INTÉRPRETE DE LIBRAS	14
CAPÍTULO 4 – REFLEXÕES ANALÍTICAS A PARTIR DA NARRATIVA ORAL DE UM TILSP DE PRIMEIRA GERAÇÃO	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39

INTRODUÇÃO

A atuação dos profissionais intérpretes de língua de sinais brasileira (libras) é recente no Brasil e a criação de cursos de formação específicos para preparar os profissionais para a atuação ainda está ensaiando os seus primeiros passos. Apesar da crescente demanda por formação de intérpretes de libras, ainda são poucos os trabalhos acadêmicos dedicados a discutir a formação desses profissionais e as especificidades da interpretação interlinguística envolvendo a libras e o português. Não obstante, a despeito da ainda pouca literatura sobre as práticas desempenhadas por tradutores e intérpretes de libras/português, grande parte dos profissionais hoje atuantes na área desempenha suas funções com a devida qualidade profissional, propiciando à comunidade surda participação a espaços sociais anteriormente inacessíveis a essa comunidade. Esse saber acumulado pela prática, eventualmente, ainda ocupa um lugar bastante distante das reflexões teóricas desenvolvidas na academia sobre essas práticas. A proposta deste trabalho é, a partir da narrativa oral de profissionais intérpretes, entender em que constitui esse saber, descrevendo o sistema de saberes, crenças e suposições que esses intérpretes têm sobre o que é necessário para a formação do intérprete de libras.

A título de contextualização, cabe dizer que, se hoje, as línguas de sinais são consideradas línguas naturais das comunidades surdas no mundo, esse reconhecimento se deu, em partes, por um intenso movimento social da comunidade de intérpretes aliada e formando coro com movimentos da comunidade surda, para que esse reconhecimento fosse oficializado nas instâncias necessárias. No caso da libras, esse movimento social possibilitou que ela hoje fosse reconhecida como uma língua nacional, como meio legal de expressão e comunicação das comunidades surdas brasileiras pela lei 10.436, assinada em 24/04/2002, e regulamentada pelo decreto 5626, de 22/12/2005. Essas leis, marcos importantes na luta da comunidade surda, são fruto de intenso movimento social envolvendo os surdos e os intérpretes que atuavam junto a essa comunidade desde os anos de 1980 até a assinatura da lei. Um fato histórico relevante para este trabalho é o de que, como aponta Silva (2012), esses intérpretes que atuaram nesses movimentos tiveram sua formação nas comunidades religiosas, se

constituindo intérpretes a partir do contato com os surdos, inserindo nas atividades que eram desempenhadas por eles, principalmente nos religiosos. Sem formação específica para atuar como intérpretes, esses agentes tiveram uma formação muito diferente da que hoje é iniciada em cursos superiores de graduação e pós-graduação espalhados por todo o país (MARTINS; NASCIMENTO, 2015).

Este trabalho se justifica na medida em que hoje a formação dos intérpretes de libras/português em contexto acadêmica ainda está ganhando contornos, ainda pouco nítidos. A proposta aqui é recuperar, por meio da metodologia da história oral, as experiências narrativizadas dos intérpretes que se formaram em contexto comunitário em período anterior a de criação de cursos acadêmicos específicos para a formação de profissionais, formando-se em contato direto com as práticas junto à comunidade surda. Em relação à metodologia, é preciso dizer que a história oral é um trabalho de pesquisa que se dá através de fontes coletadas por meio de entrevista oral gravadas, que permitem descrever acontecimentos, modo de ser e de estar dentro de uma sociedade etc. A introdução desse método no Brasil aconteceu por volta de 1970 e encontrou forças no ano de 1990. Deste ocorrido, houve a criação, em 1994, da Associação Brasileira de história Oral e, em 1996, foi criada a Associação Internacional de História Oral. Ela pode ser considerada um método de investigação, fonte de pesquisa ou técnica para produção e tratamento de depoimento.

O registro da experiência acumulada pelos tradutores/intérpretes da primeira geração que hoje atuam profissionalmente, alguns com mais de vinte anos de atuação e com grande notoriedade entre a comunidade surda, é um importante trabalho a ser feito, visto que eles podem contribuir para o entendimento de alguns aspectos necessários à formação de novos intérpretes que possam estar passando despercebidos. Este trabalho, então, traz duas contribuições principais: i) a de servir como um primeiro passo para o registro histórico de narrativas orais da comunidade intérpretes (a entrevista está apresentada na íntegra no capítulo 3 deste trabalho, com o objetivo de ser uma primeira documentação); ii) a sistematização, por meio de análises, do sistema de saberes, crenças e suposições que esses intérpretes têm sobre aquilo que é necessário para a formação de novos intérpretes. Pensamos que é dever dos cursos de formação em curso superior se engajar não só na pesquisa de novas tecnologias de formação de intérpretes, como também o de

assumir o papel que cabe às instituições, isto é, o de preservação, registro e valorização da memória de um campo específico do saber.

Nesse sentido, este trabalho tem alguns desafios a superar. O primeiro deles diz respeito ao próprio registro da entrevista em meio escrito para ser disponibilizado aos leitores deste trabalho. A transposição de uma entrevista para o formato de um texto escrito não é uma tarefa fácil e que precisa de alguns cuidados metodológicos. McCleary (2011) discute quatro gêneros para registro de história oral, a saber: entrevista, romanceamento, opção nuclear, não prosaica. O gênero que usaremos para analisarmos a entrevista a seguir é uma mescla do gênero romanceamento com o gênero entrevista. Em certos momentos, apresento um romanceamento na voz de narrador, para inscrever no texto percepções minhas enquanto participante da interação com o entrevistado que não estavam presentes na sua fala verbal e que, portanto, não poderiam ser reproduzidas. Em outros momentos, por conta das perguntas que fiz, o texto assumiu um tom de entrevista, se distanciando um pouco do gênero narração oral, como era inicialmente previsto. Acredito que, por meio da produção desse texto, será possível fazer um registro da experiência acumulada pelos tradutores/intérpretes da primeira geração que hoje atuam profissionalmente, alguns com mais de vinte anos de atuação e com grande notoriedade entre a comunidade surda. Esse é um importante trabalho a ser feito, mas até agora ainda não desenvolvido.

Para a análise da sistematização dos saberes, crenças e suposições dos intérpretes a respeito daquilo que é necessário para a formação de novos intérpretes, seguimos o modelo adotado por Leite (2004), que é baseado, por sua vez em Meihy (2002). Com essa análise, pretendemos contribuir para uma aproximação entre o saberes advindo da prática e os saberes advindos do conhecimento acadêmico e científicos hoje postos em circulação em cursos de formação.

O percurso realizado na construção deste trabalho foi, inicialmente, o de fazer uma revisão bibliográfica da literatura pertinente, que envolve os trabalhos realizados em relação aos intérpretes religiosos (SILVA, 2012; PEIXOTO; PEIXOTO, 2012; FREITAS, 2016) e sobre a metodologia da história oral (THOMPSON, 1998). Feitas as entrevistas com um colaborador, intérprete profissional, que ingressou na área entre os anos de 1980 e 2000, como previsto inicialmente, prosseguimos com a transcrição do material. Visto que este é um

trabalho que pretende não só analisar o saber, as crenças e suposições do intérprete, mas também *registrar essa narrativa*, apresentamos a entrevista por completo em um capítulo deste trabalho, sem cortes, e depois, procedemos com a análise dela. Em outras palavras, a própria entrevista é parte essencial deste trabalho, a saber, o de documentação da narrativa de intérpretes de primeira geração.

Assim, este trabalho está organizado da seguinte maneira: no capítulo 1, apresento uma contextualização da formação do intérprete a partir do contexto religioso, em práticas que se deram desde os anos de 1980 até anos posteriores à assinatura da lei e do decreto de libras nos primeiros anos de 2000. No capítulo 2, apresento com mais detalhes os aspectos metodológicos deste trabalho. No capítulo 3, apresento a entrevista coletada na íntegra, como parte do trabalho de documentação. No capítulo 4, exponho a análise realizada, partindo, depois disso, para as considerações finais e indicações de trabalhos futuros.

CAPÍTULO 1: CONTEXTO POLÍTICO-SOCIAL DA EMERGÊNCIA DE FORMAÇÃO COMUNITÁRIA E ACADÊMICA

1.1. Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar aspectos gerais da formação de intérpretes de libras em contexto comunitários já apontados pela literatura e apresentar o percurso histórico que levou à criação de cursos superiores de graduação para a formação de intérpretes. Essa apresentação tem o objetivo de contextualizar o leitor a respeito do movimento social que antecedeu o surgimento da profissão no Brasil, em um período anterior ao da assinatura da lei de libras, do decreto que a regulamenta e de lei que reconhece a profissão do TILS e de apresentar os principais conceitos na área. Para isso, apresento um breve traçado dos principais trabalhos sobre o tema, que deverão contextualizar as análises apresentadas ao final deste trabalho.

1.1.1. Contexto histórico: formação de intérpretes de primeira geração

Para a compreensão de como se deu a formação de intérpretes de libras no Brasil, antes da década de 1980, é preciso entender esse movimento como estando alinhado a um movimento multicultural, realizado por grupos de pessoas com deficiências nesse mesmo período. Houve nesse período uma intensa luta pelo reconhecimento cultural e social dessas comunidades, e, dentre as categorias de pessoas com deficiência, estavam os surdos, com uma luta um pouco diferente: na área da surdez, a luta era em prol do reconhecimento da Libras como língua natural das pessoas surdas (LACERDA,1998). Com esse movimento, a pessoa surda posicionou-se como cidadão apropriando de sua língua e, com isso, começando a trazer independência e dignidade como ser humano. Até então, a Libras era aprendida em espaços religiosos onde as famílias buscavam um acalanto para a alma e junto aprendiam a Libras.

Nesse espaço social, começaram a surgir os primeiros intérpretes, que se colocavam como “mediadores”. Essas pessoas tiveram as suas formações nos próprios espaços em que atuavam, adquirindo mais conhecimento a partir de experiências práticas do que com as teorias. A língua de sinais empregada por essas pessoas, inicialmente, sofreu influência das correntes educacionais vigentes

na época, a saber, o oralismo, sendo, posteriormente, influenciada por outras duas correntes filosófico-educacionais, a comunicação total e o bilinguismo.

Para contextualizar, é preciso ter em mente que, no passado, a língua de sinais foi proibida por um longo período. Esse período ficou denominado oralismo, que era quando os surdos eram obrigados a oralizar, em vez de usar línguas de sinais, nas escolas de surdos. Em períodos posteriores, a retomada das línguas de sinais foi acontecendo vagarosamente, misturada com diversas formas de linguagem não sendo protagonista e, sendo assim, era conhecida como Comunicação Total (CAPOVILLA, 2001a; MOURA, 2000). Na Comunicação Total, todos os recursos eram considerados válidos: tanto gestos, quanto fala oral, quanto sinal, eram usados para possibilitar a comunicação. Este sistema é criticado por alguns estudiosos até o presente momento, mas ele foi um pequeno avanço em relação ao modelo traumático anterior, oralista. Abandonando o oralismo e tendo como destaque e enfoque a língua de sinais, depois do reconhecimento científico das línguas de sinais como línguas, ganhou força o bilinguismo. Nesta transição, o intérprete, que era a pessoa que fazia a comunicação e mediação entre os surdos e não surdos, começou a ganhar visibilidade. Esse período coincide com o período de assinatura da lei de libras: no momento em que as ideias teóricas advindas da linguística chegaram ao Brasil – que defendiam as línguas de sinais como línguas naturais autênticas, tais qual qualquer língua oral – e foram sendo incorporado pelas universidades, o movimento social ganha força pelo discurso científico.

Segundo Martins (2008), as práticas inscritas em uma perspectiva patológica e clínicas da surdez impediam a aparição do TILS enquanto sujeito mediador de situações comunicativas. A partir de quando ocorreu a mudança do paradigma patológico para o sócio-cultural, pode-se observar a inscrição do TILS para a mediação discursiva entre surdos e não surdos.

De acordo com Silva (2012), essas mudanças foram ocorrendo também nas igrejas evangélicas, mas o catolicismo, que iniciou as experiências com os surdos, utilizava era influenciado pelo método oralista, emergente do II Congresso Internacional de Milão que, em 1880, impôs o treino da fala oral como o único método possível para a educação de crianças surdas. Silva (2012) mostra o quanto a constituição da língua de sinais e surdez no Brasil se deu por participação de agentes religiosos, que foram as pessoas envolvidas em instituições religiosas que levaram adiante as lutas sociais junto aos surdos. Os movimentos sociais que

impulsionaram o reconhecimento da Libras como língua teve como influência a participação de agentes cristãos protestantes tradicionais advindo de comunidades como Batista, Metodista, Luteranas e Presbiterianas, foi muito importante para ter a surdez como diferença e não como deficiência.

Silva (2012) mostra que, a respeito da interpretação de língua de sinais no espaço religioso, a formação do chamado obreiros do bem ou missionários intérpretes tinha como foco principal em fazer uma mediação do surdo com Deus e com a comunidade. Sendo assim, essas práticas impossibilitavam pessoas alheias a esses ambientes de atuar neste contexto. Isso se justifica porque, para esses agentes, era necessário ter uma vida espiritual reta e ter pleno conhecimento do livro de sinais bíblicos, publicado juntamente com o Clamor do Silêncio, outro livro de sinais bíblicos da Junta das Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira do ano de 1991, para atuar nesses espaços. Essas obras criticam explicitamente o oralismo e a comunicação total, enaltecendo o bilinguismo. O bilinguismo prepõe a aquisição da língua de sinais como primeira língua, pois a criança adquire a língua de sinais de modo espontâneo, e a língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. O oralismo estaria como segunda opção, caso o surdo ou a sua família assim desejasse. Esses agentes também impulsionaram a mudança dos termos anteriormente utilizados, como 'surdo-mudo' ou 'deficiente auditivo', passando a se referir à pessoa surda como 'surdo' somente, baseado no entendimento de que esse é um termo que o denomina como sujeito sócio-cultural, portador de um língua de modalidade gesto-visual.

Esses intérpretes que, naquele momento, eram conhecidos como mediadores, aprenderam a fazer esse trabalho maiormente com o contato junto à pessoa surda. Com esse convívio intenso, a aquisição da língua se dava naturalmente, pelo uso, sem que, muitas vezes, esses mediadores tivessem passado por ensino formal da língua. Este processo de aprendizado da língua por esses agentes tem sido pouco registrado, bem como o processo de formação desses agentes enquanto intérpretes dessa língua junto à comunidade surda. Esse registro potencialmente pode contribuir para que futuros intérpretes, das novas gerações, possam se valer das experiências acumuladas pelos colegas mais antigos na construção do seu próprio conhecimento das estratégias e dos métodos para se fazer uma boa tradução.

Essa falta de conteúdos teóricos na formação dos TILS de primeira geração impôs-lhe uma lacuna que perpetuou por muitos anos, até o surgimento do primeiro curso acadêmico de formação de intérpretes de libras, no ano de 2006, no estado de Santa Catarina, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esse curso, a princípio, foi criado para a formação de professores de libras, com preferência para surdos (Curso de Licenciatura Letras/ Libras) sendo ele em modalidade a distância (EaD) oferecidos em quinze polos no país. Só no ano de 2008 a UFSC disponibiliza o curso de Letras/Libras Bacharelado para a formação de TILS na modalidade a distância em vinte polos no Brasil (LACERDA, 2010).

Os saberes dos mediadores intitulado desta forma naquela época tinham uma grande carga emocional, pois, segundo Sobral (2008), é necessário que o intérprete desenvolva habilidades que vão além de transpor conteúdos de uma língua para outra. Essa transposição não é simples, pois é necessário que ele compreenda a sutileza dos significados e dos sentidos, reconheça os valores culturais e os aspectos emocionais envolvidos nas atividades de que participa no momento da interpretação e pense em maneiras mais adequadas possíveis de fazer estes mesmos sentidos serem passados para a língua alvo.

Observamos que muitos surdos, devido ao engajamento social que adquiriram a partir das conquistas advindas dos movimentos sociais da sua comunidade, sentiram a necessidade de buscar mais formação e viram a possibilidade de ter uma formação acadêmica, pois, pela primeira vez, muitos deles estavam adentrando espaços sociais que nunca haviam pensado em estar. O acesso dos surdos aos espaços acadêmicos e a outras posições sociais antes não acessados leva os intérpretes também a buscarem nova formação, diferente daquela que eles recebiam em contextos religiosos. Essa busca por aprimoramento abre novos caminhos para pensar e refletirmos sobre a formação desses intérpretes que agora atuarão com outro perfil de comunidade surda.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA: POR UMA HISTÓRIA ORAL DE TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS

2.1. Introdução

Traçar uma história oral dos intérpretes que atuaram nos anos anteriores ao da assinatura da lei que reconheceu a libras como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras é falar de uma história de protagonismo e parceria com a comunidade surda. Como vem sendo apontado por diferentes trabalhos que registram o movimento social que culminou na assinatura da lei de libras e do decreto que a regulamenta (SILVA, 2012; BRITO 2013), essas conquistas sociais da comunidade foram alcançadas pela participação ativa de protagonistas surdos e intérpretes para que esses avanços fossem possíveis. Conhecer a história dessa comunidade é também, para os novos intérpretes em formação, uma forma de apropriação cultural e política das questões envolvidas na história dessa comunidade. A história oral serve, nesse sentido, como poderoso instrumento metodológico, visto que, “por meio de relatos de quem testemunhou e viveram experiências, a história oral reforça laços entre pessoas, gerações, comunidades e tempos” e pode promover “sentimento de pertencimento, integração e responsabilidade histórica” (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2011, p. 7).

O objetivo deste capítulo é, portanto, o de detalharmos questões metodológicas envolvidas em um trabalho de história oral, em um trabalho como este, em que nos propomos a fazer um estudo de caso a partir de uma entrevista coletada por meio deste método. Dado o escopo deste trabalho, a pesquisa que se desenvolveu aqui foi suficiente para servir como um modelo inicial para um projeto de maior escala, que poderá ser desenvolvido em um trabalho posterior. Ocupamo-nos, neste momento, em traçar os principais aspectos metodológicos envolvidos na elaboração de uma história oral de intérprete de libras que estamos chamando aqui de ‘primeira geração’, isto é, aqueles intérpretes que, recebendo sua formação diretamente em contextos religiosos em contato com a comunidade surda, passaram a atuar junto a essa comunidade e receber a sua formação nas práticas com essa comunidade. Este capítulo, portanto, é dedicado à apresentação de aspectos metodológicos abordados neste trabalho e àqueles que serão necessários

para o desenvolvimento de um projeto de história oral desse intérpretes em etapas futuras do projeto que aqui idealizo.

2.2. Conhecendo a história oral

A história oral é um trabalho de pesquisa que se origina através de fontes coletadas por meio de entrevista oral gravada, as quais relatam acontecimentos, modo de ser e de estar dentro de uma sociedade etc. Sua introdução no Brasil aconteceu por volta de 1970 e encontrou forças no ano de 1990. Depois de sua introdução, houve a criação, em 1994, da Associação Brasileira de história Oral e, em 1996, foi criada a Associação Internacional de História Oral.

Não se pode confundir a história oral com a história de vida que é a história pessoal daquele indivíduo contado por ele próprio, portanto, um relato pessoal. A história temática é feita por um grupo de indivíduos sobre um determinado evento, ou movimento vivido por todos do grupo, mas com perspectivas individuais sobre o mesmo tema podendo ser considerada como um método de investigação para analisar e fazer um tratamento técnico no momento de coletar dados de depoimentos refinando as informações e direcionando para o objetivo em que se trabalhará com essa coleta e usada como forma de conhecer um período, um tema os relatos a serem coletados, podem ser analisados como metodologia do trabalho ou se for bibliográficos serão utilizados como pesquisa no futuro.

Para se produzir um relato, é necessário um trabalho em conjunto entre entrevistador e entrevistado. Nesse trabalho, é necessário que o entrevistado fique à vontade para falar sobre mais do que lhe foi perguntado. Nesse trabalho conjunto, o entrevistado pode participar da produção da versão final do documento mais ou menos ativamente, conferido a versão final, e autorizando sua publicação ou sugerindo modificações no texto que contribuam para que o seu relato seja escrito mais autenticamente.

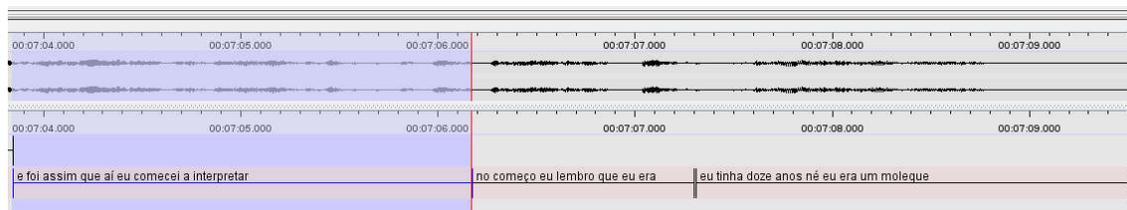
Segundo Thompson (1998), a entrevista de história oral é uma forma de resgatar aquilo que havia sido posto de lado pela história tradicional e, com isso, é possível fazendo uma recuperação da experiência social local, tal como ela é interpretada subjetivamente pelos indivíduos. A história oral é construída subjetivamente pela memória do entrevistado, mas não podemos esquecer que o passado não é necessariamente aquilo que aconteceu, mas sua memória é

influenciada pelas questões do presente e a própria narrativa se constrói com a partir das necessidades do presente.

Diante do aqui apresentado, fica claro que a história oral é, conforme atentam Santhiago e Magalhães (2011), um *método de pesquisa* e, ao mesmo tempo, o resultado desse método, que, através da técnica de entrevista, registra memórias narradas de um indivíduo, e é o resultado desse método, uma *fonte de informações* derivada do trabalho de registro (2011, p.22). Passemos agora ao tratamento dos dados., ou seja, como foi feita a transcrição da entrevista.

2.2.1. Transcrição da entrevista

Inicialmente pensamos em realizar o trabalho de transcrição por meio de um software automático de reconhecimento de voz, que transcreveria a fala automaticamente, transformando-a em texto escrito. Como a fala oral não é sempre plenamente captada pelo software, precisaríamos fazer uma reconstituição posterior do texto, complementado com as partes que não foram capturadas. Esse trabalho, contudo, se mostrou bastante custoso, em termos de tempo despendido, visto que todas as vezes que um trecho não era bem entendido, era necessário voltar o áudio e, o retorno não se dava exatamente para o ponto que desejávamos ouvir, o que dispndia um tempo para ouvir todo o trecho até encontrar o ponto exato para o qual queríamos retornar. Por isso, passamos, então, a realizar toda a transcrição manualmente no software ELAN, uma vez que, quando precisávamos voltar o trecho para ouvir novamente, era possível voltar ao ponto exato em que a fala não compreendida tinha ocorrido, como ilustra a figura a seguir. Na imagem, observa-se que um determinado trecho da fala está selecionado. Por meio de atalhos do teclado, podíamos colocar para tocar apenas esse trecho repetidas vezes, até que a fala fosse entendida e transcrita.¹



¹Para facilitar as transcrições, alteramos os atalhos do teclado para que todas as operações fossem realizadas por meio de atalhos. Por meio do atalho "Ctrl+Space" era possível ouvir o trecho selecionado novamente, quantas vezes fosse necessário, para poder alterar as informações dentro da caixa de texto.

2.2.2. Gênero para a história oral

Uma vez transcrita a fala do entrevistado, foi necessário fazer uma adequação do texto transcrito, convertendo-o em um dos gêneros reconhecidos na produção de história oral. McCleary (2011) discute quatro gêneros para registro de história oral, a saber: entrevista, romanceamento, opção nuclear, não prosaica. Esses gêneros são utilizados pelo pesquisador para dar um novo formato ao texto transcrito, de modo que ele se torne legível para a comunidade acadêmica. O procedimento adotado neste trabalho foi o de, depois de realizar a transcrição do texto no ELAN, converter o texto em um dos gêneros, a fim de que o texto pudesse ser lido de forma mais fluída e, ao mesmo tempo, manter a autenticidade da fala do entrevistado. Cada um desses gêneros tem vantagens diferentes, então, precisei decidir quais delas seriam aproveitadas neste trabalho.

Inicialmente, a ideia foi a de transcriar o texto transcrito no gênero romanceamento, como proposto por Leite (2004) no seu trabalho, mas ao longo da adaptação do texto, percebi que algumas de minhas perguntas ao entrevistado se distanciavam um pouco de perguntas de coleta de história oral e se aproximavam mais de perguntas de uma entrevista convencional, visto que elas não levavam o intérprete a falar de sua história pessoal, mas de seus saberes, crenças e suposições sobre o tópico perguntado.

No gênero entrevista, o autor organiza o texto em forma de um diálogo com pergunta e resposta. Essas perguntas, em história oral, vão no sentido de explorar respostas que retratem desde as lembranças subjetivas do intérprete entrevistado até sua opinião sobre aspectos específicos da formação dos intérpretes. Nesse gênero, o entrevistador faz uma introdução e depois começa a fazer as perguntas, às quais o entrevistado vai respondendo sem muita interrupção. Na história oral, a construção deste texto lembra a forma de um texto teatral, com os nomes ou siglas à margem. O gênero entrevista não deve ser confundido como gênero transcrição. Na transcrição, a fala do entrevistado pode ser passado para o papel de uma forma bruta, de modo que não é feita qualquer alteração na fala do entrevistado, e, por isso, o texto carrega fortes marcas da oralidade, como, por exemplo, indicação de informações não verbais, como 'risos' entre parênteses, etc., e seu objetivo é ter um roteiro em detalhes como se fosse uma fita gravada.

Já o gênero romanceamento reproduz a arte de contar histórias. Nesse gênero de recriação de texto para história oral, a voz do narrador faz ouvir as vozes

de outros narradores contando suas próprias histórias. Esse gênero permite abandonar a forma teatral que pode ser usada em uma entrevista e o narrador pode se dirigir diretamente ao leitor, apresentando as ações do entrevistador e do entrevistado por meio da narração, de um modo que não seria possível por meio de outro gênero. Segundo Leite (2004), o romanceamento busca a aproximação da fala dos participantes na entrevista, preservando o caráter dialógico da narrativa e mantendo sua organização temporal e tópica original, deixando explícito que a história de vida final não deveria ser compreendida fora de suas condições de produção.

Por causa de características específicas da entrevista que realizei, decidi optar por adaptar o texto para assumir um gênero que seja uma mescla do gênero entrevista e do gênero romanceamento. Assim, no texto apresentado no próximo capítulo, o leitor vai ver, ao longo da entrevista, momentos em que as percepções do entrevistador (enquanto narrador do texto romanceado) são colocados em itálico, deixando transparecer percepções do narrador sobre a própria interação com o entrevistado. Nesse momento, o texto assume o tom de um texto no gênero romanceamento. No mesmo texto, são colocadas as perguntas do entrevistador e a resposta do entrevistado. Nesse caso, o texto está escrito no gênero entrevista. Esclareço que essa escolha se deu porque, por minha pouca experiência com entrevistas e, especialmente, com entrevista de história oral, percebi apenas posteriormente aquelas perguntas que tinham mais a ver com história oral e as que não tinham.

Por fim, vale esclarecer que decidimos apresentar a entrevista na íntegra, tal qual faz Leite (2004) nas entrevistas com surdos no seu trabalho com história oral. A decisão de apresentar a entrevista por completo em um capítulo, e não nos anexos do trabalho, se deu porque acreditamos que o texto que apresentamos é, por si só, parte do trabalho de documentação que nos propomos a fazer neste resgate da história oral dos intérpretes de 'primeira geração'. Não poderia estar em anexo, visto que a própria coleta do depoimento e documentação da história oral da comunidade a partir da fala do intérprete é parte integral do trabalho, e não somente as reflexões analíticas que seguem no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 – ENTREVISTANDO INTÉRPRETE DE LIBRAS

ENTREVISTA

Minha entrevista com o intérprete profissional selecionado começou um pouco tensa: era a primeira vez que eu entrevistava alguém para um trabalho importante, como era o caso do meu TCC. Passei o dia me preparando para isso e tinha várias dúvidas em mente: será que as perguntas que estou levando vão surtir o efeito esperado? Será que vou conseguir atuar bem como entrevistadora? O fato de eu já conhecer o intérprete ajudava um pouco, mas, mesmo assim, eu cheguei à sala, onde ele me esperava para a entrevista, um pouco nervosa. Era uma salinha pequena com uma mesa e algumas cadeiras. Ficamos de frente um para o outro e pedi gentilmente para começarmos a entrevista:

- Bom, vamos começar nossa entrevista e eu quero que você, por favor, se apresente, fale da sua formação, de como foi sua formação, e de como você começou nessa área de intérprete.

O intérprete respondeu, rindo, que a história era longa. Ele parecia um pouco tímido também a princípio. Então, ele começou se apresentando, dizendo o seu nome e o local onde atua como intérprete. Inicialmente, a ideia era manter o nome do intérprete neste trabalho, por se tratar de sua história de vida, que é única, singular, e pertencente a ele. Mas, fui orientada pelo Comitê de Ética a não revelar o seu nome. Estou seguindo, então, o procedimento ético e ocultando a sua identidade. Gostaria, contudo, de esclarecer que não estou interessada no testemunho do intérprete apenas como fonte de informação para as análises. Pelo contrário: a sua identidade, história e subjetividade são primordiais neste trabalho e elas estão em primeiro plano, para muito além da simples informação fornecida. Esclarecido isso, o relato do intérprete foi o seguinte:

Atuo agora nesta universidade federal. Mas, na verdade, se for falar de formação, eu não tenho formação nenhuma como intérprete. Nem curso eu fiz, além de, no máximo, umas trinta horas de libras (risos). Mas, meu ingresso nessa área

aconteceu assim: eu lembro, era no final do ano de 1999, e eu tinha 12 anos na época. O meu pai foi em uma igreja, que não era a igreja que a gente ia habitualmente. A igreja que nós frequentávamos era a Igreja Quadrangular, mas, naquele dia, ele foi à igreja a que os meus tios, irmãos dele, iam. Nós íamos lá, às vezes. Naquele dia que meu pai quis ir lá, teve uma apresentação da Rebeca Nemer (cantora evangélica, intérprete de libras, que sinalizava louvores evangélicos). Na época ela era muito conhecida na comunidade de intérpretes. Meu pai viu a atuação dela no culto e gostou. Daí, ele quis colocar libras na igreja a que a gente ia. Então, eles combinaram e a Rebeca Nemer veio dar um curso de libras intensivo para a gente. O curso durou trinta horas e foi oferecido em dez dias, três horas de curso todos os dias à noite.

A Rebeca Nemer e a mãe dela ficaram em casa durante dez dias, porque eles são de Marília. E foi assim que a gente começou na área: eu estava de férias, então, fizemos o curso minha irmã e eu, não muito por opção, mas porque meu pai mandou (risos). Eu nem sabia o que era libras. Não sabia que era uma língua, para mim era linguagem (risos). O curso foi muito legal. Mas é claro: estou falando do final dos anos 90. Era uma época em que o modo como se olhava para as questões de surdez era muito diferente. Ainda não tinha nem lei de libras! E, na verdade, a gente não tinha nem muito uma ideia de trabalho social. Era muito mais um trabalho voltado para a igreja. Então, nesses dez dias que elas ficaram em casa, elas começaram a procurar surdos na redondeza, perguntando de casa em casa mesmo. E, daí, eu lembro que a gente achou um. Naquela época, os surdos desta cidade, de modo geral, não sabiam libras. A gente não tinha libras aqui. O oralismo era muito forte. Inclusive tem uma professora aqui, a professora Piedade, que sempre trabalhou em questão acadêmica com a surdez, e ela tem a perspectiva oralista. Então não tinha nada de libras assim para falar. Tinha um surdo, que era o Lio, bem conhecido da comunidade surda. Eu lembro que ele viajava bastante, tinha contato com surdos de outros lugares e aprendia libras em Araraquara porque aqui mesmo não tinha. É lógico que tinha surdos que sabiam sinalizar, mas era pouquinho.

A gente começou a encontrar os surdos: a gente achou um, e esse um conhecia outro, esse outro conhecia outro, e foram uns dez dias de mapeamento, em que eles acharam os surdos enquanto o curso de libras estava acontecendo na igreja.

Daí, meu pai juntou os surdos na igreja e começou a ter interpretação nos cultos para eles. Meu pai e minha mãe também fizeram o curso, mas eles não interpretavam. Então, sobrou para mim, para minha irmã e para o Igor, que era um rapaz da igreja. Ficávamos nós três interpretando e tinha outro pessoal que ajudava, mas era uma coisa mais volante. Quem ficava mesmo éramos nós três: eu e minha irmã mais por obrigação (risos).

No começo, esse trabalho era muito mais uma questão de cristianismo mesmo, e de levar a Palavra aos surdos. Nessa época, era assim: todo sábado os surdos iam à minha casa de manhã e tinham estudo bíblico com meu pai. Daí, eles almoçavam, (eram uns vinte surdos que ficavam lá o dia todo) e à tarde iam jogar bola no SESI, ou fazer alguma outra atividade. E foi assim que eu aprendi libras: no meio dos surdos. Além do convívio, claro, teve o curso para interpretar, mas, era um curso bem voltado para libras na igreja: ela passava os sinais que na época ela tinha marcados num caderninho. Passava sinal por sinal, e a gente fez o curso desse jeito. Ela passava também como deveríamos interpretar na igreja e, com isso, aprendíamos os sinais bíblicos.

Foi assim que eu comecei a interpretar. Me lembro de que tinha doze anos, era um moleque. Eu interpretava mais os louvores e as músicas. As Palavras (momento do discurso bíblico) eram interpretadas mais pela minha irmã, que é mais velha, e o Igor que é mais velho também. Às vezes meu pai ajudava. Só depois de um tempo que eu comecei a fazer também as Palavras e as pregações, que precisava entender melhor para interpretar isso.

Neste momento da nossa conversa, o intérprete começou a falar sobre como, depois da assinatura da lei de libras, em 2002, ele e sua família começaram a fazer um trabalho mais social com os surdos, além do trabalho ministerial que já faziam na igreja.

Na época, nós trabalhávamos e começamos a conseguir emprego para os surdos, porque tinha a lei, recentemente assinada em 2002, que obrigava, eu acho que foi mais ou menos na época, não sei ao certo. As empresas com quadro acima de 100

funcionários precisavam ter os 5% de vagas para pessoas com deficiência. Foi aí que começamos a arrumar empregos para os surdos.

Nesse momento, o intérprete brinca comigo dizendo que não tem a informação exata e que essa é minha parte da pesquisa. A informação a que ele se refere é a seguinte: a lei no 8213, de 1991, obriga empresas, a partir de 100 funcionários devem destinarem entre 2% e 5% das vagas para funcionários que tenham algum tipo de necessidade especial, e se não houver nenhum colaborador com essas características, a companhia estará infringindo a lei. Ele continua seu relato contando como, de um trabalho ministerial na igreja, ele e sua família passaram a fazer trabalhos sociais junto à comunidade surda.

Minha mãe, minha irmã e meu pai buscavam emprego para os surdos nas grandes empresas em São Carlos, como a *Tecumseh* (nem chamava *Tecumseh* na época, era *Sicom*), a *Sicom*, a *Eletrolux*, a *Tapete e Toalha*, a *Volkswagen*. A partir desse trabalho, o que a gente fazia foi ganhando um formato de associação, que começou dentro da minha casa, mas com foco principal na igreja. Além da igreja, nós auxiliávamos nas atribuições que os surdos precisassem. Lembro que eu fui interpretar aos quinze anos o curso de iniciação na *Tecumseh* (é um curso que, quando você entra na empresa eles explicam como funcionam os equipamentos, etc). Imagina! Eu nunca tinha interpretado esse tipo de conteúdo para surdo nenhum. Não lembro quem era o surdo, mas essa ideia nossa nunca foi a de ser uma associação ou trabalhar em pró dos surdos. Era apenas um trabalho ministerial da igreja.

Porque na igreja a gente entende essa questão a partir de um texto que diz que uns foram feitos para ensinar, outros para pastorear e assim por diante (1 Coríntios 12:28). Então, tomávamos como uma questão ministerial, não como profissional. Nunca pensei, naquela época, de ganhar dinheiro com isso. Eu via como um trabalho totalmente ministerial mesmo. Sem querer, o meu pai colocou em nós uma responsabilidade, em mim e na minha irmã, ele sempre foi assim, empurrando a gente para fazer as coisas e hoje agradeço por isso porque essa é minha profissão. Nós fomos bastante a congressos regionais, como o Congresso de Surdos em Ourinhos, e em outros lugares. Fomos para Curitiba. Eu lembro que fomos a

congressos grandes, sempre conhecendo e aprendendo coisas novas, foi assim que comecei de 1999 até 2005.

No final de 2005, meus pais mudaram de igreja, eu e minha irmã também fomos para outra igreja com eles, na verdade, era a primeira igreja que eu falei, dos meus tios. No começo, até foram um pouco de surdos conosco, mas eles não se adaptaram e já tinha umas pessoas que trabalhavam junto com os surdos. Por isso, eles preferiram ficar na outra igreja. Então fiquei sem trabalhar com surdos um bom tempo.

Em 2010, entrei na faculdade Letras na UFSCar e, no segundo ano, em 2011, eu estava nessa crise assim de “está na hora de fazer alguma coisa”. Como o curso era noturno, eu pensei: “vou procurar um trabalho”. Nessa época, já tinha trabalhado com algumas coisas e, pensei em procurar um estágio ou alguma coisa, mas não sabia onde procurar. Foi aí que vi que tinha algo de libras na UFSCar, com a professora Cristina Lacerda. Então fui conversar com ela e ver se tinha alguma coisa para mim, mas eu não conhecia nada. Encontrei com a Cristina Lacerda, disse que sabia libras e que sabia que tinha disciplina de libras. Foi aí que me inscrevi nas disciplinas do primeiro e do segundo ano. Logo que eu consegui me inscrever na disciplina de libras, a minha intenção era estar pronto para alguma bolsa de monitoria que viesse a surgir, porque eu precisava ganhar dinheiro. E foi nesse intuito que eu fui.

Nesse ano, entrou uma aluna surda no doutorado da UFSCar, a Mariana Campos, e eles não estavam conseguindo contratar intérprete por causa da burocracia. A professora Cristina e a professora Lara, que também era aluna do doutorado na época, estavam tentando ir atrás de intérprete, mas a única coisa que elas conseguiram foi uma vaga de estágio, mas tinha que ser para algum aluno de graduação (risos). Isso coincidiu com o momento em que eu fui procurá-la. E deu tudo certo. Eu lembro que fiz uma entrevista com a Lara. Conversamos em libras, ela disse que poderia começar com a libras que eu tinha mesmo (porque eu tinha uma libras muito informal e tinha pouco o conhecimento científico; eu era um aluno que vinha para as aulas, mas não tinha aquele gosto de estudar e quando o texto era muito acadêmico eu não entendia).

E foi assim que comecei a interpretar as aulas de doutorado da Mariana Campos. Com isso, comecei também a minha profissionalização. A partir de então, fui participando do grupo de estudos da Cristina Lacerda. Eu sou muito grato à Mariana. Nas primeiras semanas de aula, ela praticamente me dava aula de libras. Eu fazia muita datilografia e ela me passava o sinal. A Lara também, como ela fazia a disciplina junto com a Mariana, então, ela também me ajudava. A Lara estava ali como aluna, mas me ajudava bastante. Às vezes, revezava comigo, principalmente quando a Mariana ia falar, porque eu tinha dificuldade, faltava vocabulário. E eu vinha de um contexto onde os surdos na igreja não participam tanto, pelo menos não naquela época, não participavam sinalizando, enunciando eles mesmos. Essa experiência de interpretar para o português, eu não tinha. Hoje é diferente: até prefiro interpretar para o português. A Lara fazia sempre a interpretação para o português, da Mariana falando. Elas estavam cursando três ou quatro disciplinas juntas. Só em uma disciplina, a Mariana estava sozinha, que era a de Estudos Avançados.

Outra vantagem é que eu estava no programa de Educação Especial. Nessas aulas, espera-se que a aula seja adequada para uma pessoa surda e, no caso ainda, tinha um intérprete que estava em formação. Eu estava aprendendo a ser intérprete profissional, me valendo das dicas da Lara para me profissionalizar. Além dela, tinha duas orientandas da Cristina Lacerda uma aluna de mestrado outra de doutorado: a Vania Santiago e a Neiva Aquino.

A Neiva, vocês estudam os textos dela nas disciplinas do curso, usam vários livros dela, ela é professora da UFSC. E ela fazia doutorado com a Cristina Lacerda, e a Vania, que é irmã dela, é intérprete. Elas me ajudaram bastante. Tinha uma disciplina que era cursada pela Mariana, pela Lara, pela Vania e pela Neiva. Então, a gente tinha combinado eu não interpretava nos grupos de estudo. Elas revezavam entre si, para eu ir aprendendo com elas. Era legal, porque foi uma formação que aconteceu bem em serviço mesmo.

Em 2011, no final do ano, teve o PROLIBRAS e a Lara me incentivou a prestar. Eu prestei e passei. Foi aí que comecei a pensar em libras profissionalmente. Eu prestei outro PROLIBRAS para professor em 2013 e passei. Em 2012, abriu

concurso na prefeitura de São Carlos e eu passei. Comecei a trabalhar na EMEB Dalila Galli, que é uma escola municipal, como intérprete. Além disso, eu tinha a bolsa na Universidade e a Mariana Campos estava segundo ano de doutorado com menos disciplina para cursar. Tinha uma disciplina que era à tarde. Combinei com pessoal do estágio e eu pagava as horas. Então, eu fazia os dois horários. Fiz dois anos de estágio e, mesmo quando terminei, às vezes eu ajudava quando precisava uma ou outra coisa.

Em 2015 passei no concurso da Universidade e vim para universo acadêmico. Essa foi minha trajetória para chegar aqui. (risos).

Como o objetivo deste trabalho era não só o de discutir um projeto piloto para o registro de história oral dos intérpretes de libras, mas também discutir, a partir desses relatos, a formação dos intérpretes, incluí no meu questionário de entrevista questões que permeiam o ambiente de formação de intérprete de nosso curso. Um desses temas é a aproximação com a comunidade surda. Apesar de o intérprete já ter falado sobre isso respondendo à questão anterior, pensei em manter a pergunta para retirar dele uma resposta sobre sua visão nesse ponto que é constantemente colocando no curso. A minha pergunta foi a seguinte:

Você acha importante aproximação com a comunidade surda? Como você aproximou da comunidade? Eu acho que você resumiu bem tudo isso na pergunta anterior, não é? Mas, me diga: como foi que você conseguiu essa fluência que você tem? Foi aqui na Universidade, com auxílio dessas pessoas? Como que foi esse processo?

Eu penso assim: a fluência, eu adquiri com os surdos mesmo. Foi lá atrás. Mas, acho que tem muito a diferenciar. A questão é: o que é a fluência? A gente acha que ser fluente é poder dizer “eu sei libras”. Não. Veja, você observa um surdo que não tem muita escolaridade, um surdo da comunidade surda de São Carlos, que tem uma sinalização toda diferente – nada acadêmica, nada de português – mas, ele fala do jeito dele, então, ele é fluente. Então, eu acho que *essa fluência* (de me comunicar sem problemas), eu adquiri lá os surdos. Eu sabia conversar, eu tinha amigos surdos. Eu via surdo quase todo dia em casa. Sempre aparecia um e nós

conversávamos. Mas, aqui na Universidade, é lógico, eu comecei a adquirir uma fluência diferente da que eu tinha antes. Antes, eu era fluente naquilo que eu tinha vivido. Então, para interpretar uma aula acadêmica, me faltava vocabulário, eu não tinha metalinguagem. Nunca tinha pensado na libras em termos de estrutura, naquela coisa do tipo “EU CASA IR”. Eu sinalizava nessa ordem sintática, mas, fazia isso porque o surdo fazia, não tinha esse conhecimento metalinguístico. Por isso, eu acho a fluência mesmo, eu consegui com os surdos, fora da Universidade. Depois, eu me aperfeiçoei trabalhando. Exceto pelo curso lá com a Rebeca, eu nunca fiz curso de libras. Era outro contexto. A gente trabalhava com surdos que nem saiam de casa!

Lá atrás, quando eu interpretava na igreja, com certeza, eu perdia muita coisa, fazia muita coisa errada. Mas, era um tempo muito diferente, porque você interpretava para um surdo que nem saia de casa! E agora, não: os surdos estão inseridos numa comunidade! Mas, naquela época, a igreja era o lugar onde, mesmo ninguém sabendo muita libras, todo mundo tratava o surdo muito bem, se importava com ele. O trabalho era ministerial. Linguisticamente, muitas vezes, pode ser que o que era feito não fosse o mais apropriado, mas o trabalho estava sendo feito, com cuidado, da melhor forma possível.

Nesse momento da entrevista, eu fiquei intrigada. Porque, se para quem se fez intérprete em contato com a comunidade, essa diferenciação entre o que é comunitário e o que é profissional pode parecer tranquila, para nós que estamos nos formando no contexto acadêmico, às vezes, pode não ser. Foi aí que eu lancei outra pergunta semelhante à anterior:

Mas, então, qual é a diferença entre a formação comunitária e a formação acadêmica? Qual a diferença entre fazer trabalhos voluntários e fazer trabalhos profissionais? Como separar isso e ao mesmo tempo se envolver com a comunidade surda?

Bom, eu faço trabalho voluntário de interpretação, às vezes. Faço pouco, porque eu acho que não dá para comparar com vinte anos atrás. Mudou muita coisa! Quando eu fui interpretar um curso admissional numa empresa, eu fiz isso porque tinha

visão ministerial. Era uma questão de serviço, de ajudar, uma questão mais bíblica, do evangelho “que ajuda os órfãos e as viúvas”. Acho que, nesse sentido, não é tão difícil dividir o que é profissional e o que é voluntário. Eu trabalho com desenho também. Faço desenho voluntário às vezes. Depende para quem, quando, em que situação. Talvez lá atrás fosse mais difícil na área de libras, porque eu não tinha como cobrar a empresa. Se eu não estivesse na empresa, o surdo não iria. A gente até conseguiria brigar na lei, mas eu não tinha esse conhecimento de hoje. Se fosse hoje, chegaria na empresa e pediria para falar com o dono. Na época minha família não tinha esse conhecimento (meu pai é azulejista, minha mãe é costureira, não têm formação).

Vejo que é importante você participar da comunidade surda e é importante fazer trabalho voluntário, mas eu penso que não seja tão difícil você conseguir saber quando, entendeu? Acredito que a gente tem um senso, que dá para olhar e saber quando fizer trabalho voluntário. Você pensa: “tá errado”? Está. Era para esse hospital ter um intérprete? Era. Mas ele não tem. Então até ele conseguir, o surdo vai ficar sem o serviço.

Mas, eu mesmo não estou muito envolvido com libras fora daqui (do trabalho). Para mim, hoje, libras é muito mais uma coisa de ‘picar cartão’ mesmo. Até brinco: “esse final de semana, não quero ver surdo” (risos). Eu vou à igreja e o pessoal sempre pergunta se não quero participar do grupo do ministério de surdos. Eu respondo: “gente, eu trabalho com isso de segunda às sextas, das 8h às 18h. Às vezes, à noite também. Então, se estiver precisando, me chama. E ajudo. Mas só, em último caso.”

Penso que hoje dá para dividir sim. Às vezes, por falta de conhecimento, eu acho que, para o surdo, fica difícil enxergar quando o serviço pode ser voluntário ou não. Ele precisa ter uma percepção de saber: isso aqui eu não vou pedir no voluntário, isso é uma questão de brigar pelos direitos, e saber que tem coisa que precisa pedir ajuda porque não tem outro jeito.

Agora uma pergunta legal, a partir de que momento você se considerou intérprete?

Depois que terminei de perguntar, o intérprete ficou um bom tempo em silêncio pensando em como responder essa pergunta. Depois de hesitar um pouco, ele disse:

Ah, eu acho que, quando eu era mais novo, e que eu interpretava na igreja, eu me considerava intérprete, sim. O pessoal falava: “ah, eu preciso alguém para interpretar” e eu interpretava. Então, eu era intérprete! Entendeu? Eu acho que, naquela época, como eu fiquei muito tempo sem interpretar, quando eu voltei aqui na Universidade, para começar de novo, eu não me via mais como intérprete. Eu conseguia me ver assim: se você me colocar na igreja para interpretar, eu ainda sou intérprete. Mas, aqui não. Acho que o papel é o que te faz pensar “sou intérprete”: na hora que você tem certificado do PROLIBRAS dizendo que você é intérprete, você pensa: “então eu sou”. Na hora que você passa no concurso de intérprete de libras, você pensa “então eu sou”.

Mas, profissionalmente, se alguém me perguntasse: “qual é a sua profissão?”. Eu só comecei a me considerar intérprete de libras depois que eu entrei na prefeitura. Porque daí em diante, era a minha profissão. Antes disso, não. Se me perguntassem: o que você é? “Sou estagiário”. O que você é? “Sou estudante”. Eu acho que essa percepção de se olhar, e pensar numa coisa mais filosófica, de se olhar, e se ver como intérprete, eu não pensava muito nisso não. Eu era mais do tipo: tem que fazer? Você vai e faz! Eu me vi como intérprete na hora que estava escrito no papel “contratado como intérprete” ou “certificado como intérprete”. Ah, então, eu podia dizer: “eu sou intérprete”.

Qual conselho que você dá para nós que estamos tentando a carreira, e que vamos ter a formação acadêmica, qual conselho você dá para a gente.

Vai para a fogueira (risos). Não sou uma pessoa muito boa para falar de formação universitária, mas tudo bem (risos). Eu acho que isso não é questão de ser intérprete. Porque, por exemplo, eu acho que nenhuma licenciatura prepara o aluno para ser professor. É na hora que ele chega numa sala de aula com 30 alunos (eu fiz estágio, também trabalhei numa escola, então eu sei) é que ele vai ver o que é

ser professor. Ou o engenheiro civil. Qualquer servente de pedreiro constrói uma casa; um engenheiro civil, não. Ele não sabe! Meu pai trabalha com isso, às vezes, brigava com engenheiro que teimava com ele. O engenheiro mandava fazer e ele dizia: “não vai dar certo!”. Eu acredito que, não desvalorizando a formação acadêmica, mas é caindo na fogueira que você irá aprender, mas a dica que eu daria para quem está começando é: se arrisque! (risos). Porque acho que aqui na universidade não é o melhor lugar para começar a tentar interpretar. Acho que é ruim no sentido de que tem uma pressão forte! Você como aluno, precisa tentar e se arriscar! Vai fazendo na sua igreja! Vai aprendendo!

Nesse momento, eu comentei com o intérprete que eu não poderia interpretar na igreja porque eu sou musicista lá e não podemos acumular cargos. Expliquei que eu até posso fazer, mas se não tiver outro intérprete na igreja, em último caso. Mas, eu disse que fico pensando em como é difícil interpretar a Bíblia, porque até no português tem trechos que são difíceis de entender. O intérprete comentou:

Mas eu adoro interpretar palavra na igreja. O último dia que eu interpretei foi no dia em que teve a inauguração da Associação de Surdos. A associação fica pertinho da igreja e tinha culto de jovens lá na igreja. Então, eu fui à inauguração da associação, mas também queria ir ao culto. Então olhei, e vi que todos os intérpretes e todos os surdos da igreja estavam na Associação. Então, eu fui para o culto e, chegando lá, sentei-me no fundo da igreja. De repente, eu vi a Abilene, da turma do curso TILSP 017 lá na frente interpretando. Aí, eu pensei: coitada da Abilene! Vai ficar sozinha o culto todo! É muito puxado! Então vou deixar fazer, na hora que ela fizer uma pausa, eu vou. Daí, ela me viu, pediu para me chamar. O que aconteceu: um pai que tinha vindo para a cidade e ele tinha um filho surdo e ele não é daqui, e quis conhecer a igreja, que era a sede. O pai foi para o culto com seu filho. Era um menininho de oito anos! Mas, era um culto de jovens! Então, tinha que adaptar para ele. Uma hora eu olhei, o menino estava caindo de sono. Então, comecei a conversar com ele: “onde você estuda?”, “O que você faz?”. Eu tentava aplicar aquilo que estava sendo dito para a realidade dele. Eu gosto muito. Nem sei por que eu estou falando disso. Pode me lembra de qual que era a pergunta?

A pergunta era: qual conselho você dá para nós?

Vai à fogueira, lógico! Porque a formação que vocês estão tendo aqui só fará sentido quando vocês estiverem lá fora. É na hora que você estiver lá que você vai dizer: “Nossa, o que aquele professor falava era verdade!” Então, eu acho que [teoria e prática] têm que ser trabalhadas junto. Mas, eu acho que é um pouco mais difícil isso por conta do momento em que a gente vive. Naquela época em que eu interpretava na igreja, os surdos não estavam muito preocupados com a qualidade da interpretação, porque, até os 20 anos, ele não saía de casa, não conversava com ninguém. Então, se ele estava ali e aquilo estava acessível, ele já estava satisfeito por estar entendendo minimamente o que estava sendo dito. Acho que a cobrança era menor. Agora é diferente: o surdo aqui é universitário, é mais politizado, mas “se colocar na fogueira” que eu digo é o seguinte:

Eu me lembro de uma vez eu fui com o Jean Lucca, filho da professora Regiane, num evento de cultura pop, um evento de animes. Nós não estávamos vestidos de forma caracterizada. Fomos só para assistir. Lá teve umas palestras de dublador, palestra de programador de jogos, palestra de coisas assim. Eu estava lá e ele estava junto. Andamos bastante, e ele cansou. “Vamos nos sentar um pouco e descansar”. E o cara lá continuou falando. Eu interpretei o cara? Não. Eu passava para ele o que estava falando. Acho que dá para vocês se colocarem nesses contextos. E mesmo aqui no curso. Eu sempre cobro aqui do curso mesmo: de vocês terem oportunidade de interpretar para treinar, de cobrar menos. E, nesse sentido, acho que os professores são muito compreensivos. Agora mesmo, na última Semana TILSP, os professores estavam juntos, lidando e se esforçando para ajudar vocês, em parceria, para vocês começarem a atuar sem medos.

Eu penso também que tem muito a questão individual. Como cada um lida com os seus medos. Eu sou uma pessoa que funciona muito bem sob pressão. Sempre me arrisco e vou lá. Uma vez, por exemplo, nós fomos viajar dois amigos e eu, para o Canadá, e a gente parou no México. Os dois fizeram curso de espanhol. E eu lá no *portunholzão* (mistura de português com espanhol). Quando precisava pedir alguma informação, quem ia? Eles diziam que estava errado o que eu falava, mas era eu quem tomava iniciativa e ia.

Como professor de língua também. Eu dou aula de português para estrangeiro e eu falo a mesma coisa para os alunos. Eu acho que o uso da língua e a atividade de interpretação são coisas diferentes. É outro contexto. Mas, mesmo assim: viu um surdo? Puxa assunto! Pergunta da novela! Conversa! Põe-se na fogueira! Duvido se chegasse um surdo aqui você não conseguiria conversar com ele! Conseguiria sim! Acho que conseguiria falar de qualquer assunto! Conhecendo você, Renata, você que é tão falante. Então, é isso, é esse “se colocar no fogo” que eu digo.

O que marcou na sua carreira? Tem alguma coisa que você lembre e pense: “isso marcou na minha carreira!”?

Não sei, tem várias coisas que marcam. Não vou ter uma que marcou negativamente, porque eu não deixo nada me marcar negativamente (risos).

O intérprete ficou pensativo por um momento e disse:

Ah, teve, por exemplo, uma vez... vou falar, de mais recente, de uma experiência positiva e de uma negativa.

Primeiro a negativa. Teve uma aula que foi horrível! Porque era uma aula de pós-graduação e o surdo iria apresentar um seminário, fazer uma apresentação, e eu que iria dar voz para ele (interpretar da libras para o português). E, apesar de eu ter pedido, ele não mandava o conteúdo antes. A aula seria na quinta-feira de manhã. Eu marquei com ele de vir na quarta-feira para a gente ver o que ele ia apresentar. Era sobre Linguística, um conteúdo complicado, ele não veio e não mandou o material. Na quarta-feira à noite, peguei o texto, li e fiz um monte de anotações. “Se ele não mandou o material, pelo menos, eu li o texto”, pensei. Cheguei lá na quinta-feira, ele não tinha lido todo o texto. Ele nem tinha o texto inteiro, porque ele imprimiu uma parte errado e, no final, estava faltando. Ele ia apresentar com uma dupla e a dupla tinha ficado doente. Ele estava sozinho. Nossa, foi horrível! Eu cheguei e a professora falou: “pode começar”. Ele falou: “não. Não terminei de ler”.

A professora falou: “então, termina. A gente espera quinze minutos. Você lê as quatro páginas que faltam. Termina e a apresentação começa em seguida”.

Passaram uns 20 minutos e a professora falou: “não vai começar?” E ele disse: “não estou pronto”. A professora perguntou: “quanto tempo você precisa para ler quatro páginas?”. Ele respondeu que precisava de uma hora. A professora respondeu que não teriam uma hora. E pediu que ele apresentasse até onde leu e depois eles fariam a conclusão juntos. Ele começou a apresentar. Passou dois slides e eu interpretando a voz dele. Passou dois slides e fechou: não vou mais apresentar. A professora assustou: “Porque não?”. Ele respondeu: “Porque eu estou percebendo que o intérprete não está acompanhando a minha fala”. E eu interpretando. A professora tentou fazer o meio de campo: “não, está tudo bem. A gente está entendendo. Pode continuar”. Ele continuou se negando. Por fim, a professora propôs que ele, ao menos, passasse os slides e a gente iria discutindo juntos. Enfim, foi horrível! Minha sorte é que eu tinha cinco páginas de anotações. Quando acabou a aula, à tarde, eu encontrei a professora e mostrei as mensagens, mostrando que a gente tinha combinado. A professora falou: “Não se preocupe, eu entendi”. Na semana seguinte, o encontrei e tivemos conversa normal, sem nenhum problema.

Uma experiência positiva foi quando teve o ENAPTILSP. Vocês que estão aprendendo a profissão dizem que sentem medo, mas nós, velhos de carreira, também sentimos medo. Nesse evento, viriam todos os professores do Brasil para cá. Os professores da UFSC também. Começamos a discutir: “quem vai interpretar?”, “quem que vai dar voz para professor da UFSC” e eu morrendo de medo. E o professor, até esqueci o nome dele, um loiro, alto, bonito que veio no ENAPTILSP? Aí, não sei, é um lá da UFSC. Luiz acho. Nem lembro. É André. André Luiz acho. Nossa, foi tão legal. E eu com o maior receio. Porque, querendo ou não, a gente está mostrando a Universidade. Ele fez a palestra de manhã, e foi almoçar com o pessoal. À tarde, ele voltou e, deve ter conversado com o pessoal no almoço, ele chegou e falou: “nossa, queria agradecer, o pessoal falou que sua voz ficou muito de acordo com o que eu falei. Ficou natural, o pessoal falou que parecia que era eu mesmo falando. Super identificou sua voz com a minha sinalização.” Nossa, fiquei contente! É legal! Depois até mandou um “feliz natal”. De vez em quando a gente troca mensagem. Muito legal. Foi uma experiência boa. Eu estava nervoso, você acha que não? A gente fica nervoso. Porque: interpretar o Rimar é fácil. Já interpretei duzentas vezes as aulas do Rimar. É uma coisa. Mas, vem um professor

de fora, que eu nunca vi falar, de uma estrutura de universidade que eu não conheço que é de outro estado... aí complica!

Essa experiência relatada estava tão rica para mim que estou me formando, que perguntei:

E como você se prepara quando tem esses eventos? Quando você fica nervoso, como você faz?

Eu falo: “me põe na fogueira, eu funciono bem sob pressão”. É ruim fazer assim. Uma hora eu vou quebrar a cara. Mas, por enquanto, está funcionando. Mas sempre que o pessoal manda o material antes, eu olho, procuro saber quem é fulano. No ENAPTILSP, a gente procurou vídeos dos professores sinalizando. Mas, nas aulas mesmo, a gente pede o material com antecedência. Nem sempre mandam. Mas, quando mandam, não leio o texto todo, é lógico, mas dou uma olhada, vejo quem é o autor. Vejo qual é a perspectiva. Mas, isso depende muito do curso, do assunto. Tinha uma aluna no curso de Matemática. Ela faltava muito. Depois voltou, mas sempre faltava. No começo, a gente ficava a aula inteira, mesmo quando ela faltava. Porque, imagina, se ele chega na metade do curso, como vou entender aquilo para interpretar?

O que você faz para ampliar o léxico tanto no português quanto na libras?

Eu não faço questão disso, de aumentar o léxico. O léxico do português, eu acho que leitura ajuda a aumentar o léxico do português. Você consegue isso tendo contato com diferentes discursos em português. Isso eu tenho bastante. Eu gosto de estudar história, umas coisas assim. Eu vejo um monte de vídeo no YouTube. E vai auxiliando. A leitura de audiolivro. Um monte de livro, porque para ler eu não tenho muita paciência, mas, quando eu desenho, coloco algo para ouvir. Às vezes, eu deixo música tocando, mas às vezes eu deixo um audiolivro tocando. Fico ouvindo o livro enquanto desenho. Mas, em libras, é mais pelo contato com os diversos contextos de interpretação.

CAPÍTULO 4 – REFLEXÕES ANALÍTICAS A PARTIR DA NARRATIVA ORAL DE UM TILSP DE PRIMEIRA GERAÇÃO

4.1. Introdução

Este capítulo está destinado à análise da entrevista apresentada no capítulo anterior, coletada a partir dos princípios da história oral. Como dito anteriormente, a discussão está em torno de como se dá a formação de um intérprete, partindo do próprio relato desse intérprete, que, por sua vez, se recebeu sua formação em contexto comunitário, junto à comunidade religiosa no período anterior à assinatura da Lei de Libras, em 2002. Também vou contextualizar essa discussão usando teorias que aprendi ao longo de minha formação.

4.2. Análise

O entrevistado nos trouxe em seu relato que a cantora evangélica Rebeca Nemer teve um papel muito importante em difundir a libras no interior de São Paulo. No projeto de história oral dos intérpretes de “primeira geração”, que propomos aqui, fica claro que a Rebeca Nemer deve ser uma das entrevistadas em projetos futuros, visto que, dada a sua notoriedade na época, de acordo com o testemunho do intérprete entrevistado, ela parece constituir o que Meihy chama de *ponto-zero*. O autor define ponto-zero como “um depoente que conhece a história do grupo ou de quem se quer fazer a entrevista central” (p. 164). Nas palavras do meu entrevistado, ele diz:

“Naquele dia que meu pai quis ir lá, teve uma apresentação da Rebeca Nemer (cantora evangélica, intérprete de libras, que sinalizava louvores evangélicos). Na época ela era muito conhecida na comunidade de intérpretes. Meu pai viu a atuação dela no culto e gostou.” (entrevista realizada em 2019)

Excerto 1: Determinação do ponto-zero

Estamos falando, então, de um momento em que os intérpretes começaram não só a se formar em contato com as comunidades, mas eles próprios promover o agrupamento de surdos em comunidades, sendo agentes fundamentais nesse processo. A primeira observação de nossa análise é a de que a formação de

intérpretes nas igrejas e a comunidade de libras são fatores que se autoconstituíram.

Uma entrevista com a Rebeca Nemer nos ajudaria a entender não só como os intérpretes eram formados (isto é, como ela própria aprendeu libras e se tornou intérprete, por exemplo) como também como se deu o processo de divulgação da língua de sinais no interior de São Paulo. Esse trabalho enriqueceria discussões já iniciadas por Silva (2012), Leite (2004) e Martins (2013), que falam que a língua começou a disseminar através da igreja com os agentes sociais que abriram espaço para a comunidade surda. As comunidades religiosas se tornaram espaços de convívio da comunidade surda, pois vimos que o surdo não saía muito de casa e seu primeiro lugar a frequentar foi a igreja. Nesse sentido, os agentes religiosos foram contribuindo para a difusão da própria língua de sinais, fazendo com que o surdo sentisse, de alguma maneira, socialmente inclusos.

“Nessa época, era assim: todo sábado os surdos iam à minha casa de manhã e tinham estudo bíblico com meu pai. Daí, eles almoçavam, (eram uns vinte surdos que ficavam lá o dia todo) e à tarde iam jogar bola no SESI, ou fazer alguma outra atividade.” (entrevista realizada em 2019)

Excerto 2: Comunidades religiosas como espaço de socialização em libras

Observamos, pela narrativa do intérprete entrevistado que, a partir do momento em que se forma uma comunidade de surdos sinalizadores na igreja, essa comunidade se torna um espaço de socialização que extravasa o espaço espiritual e se estende a outras áreas da vida da pessoa surda: essa comunidade que, até então, não tinha porque sair de casa apropriou da língua de sinais, começando a ver que poderia compreender muitas coisas através desta comunicação que até então não existia. O intérprete entrevistado relata que o oralismo era muito forte na sua cidade até o momento em que ele começou a aprender libras, de modo que a maioria dos surdos não sabia libras. Apesar das práticas iniciadas nas igrejas serem vistas hoje como assistencialistas, visto que elas visavam “ajudar os surdos”, essas práticas devem ser entendidas como datadas em um momento histórico específico: foram elas que permitiram os surdos ingressarem em outros espaços em um momento histórico em que não havia tampouco as associações de surdos. Isso nos leva a ver que as igrejas foram os primeiros espaços de socialização das pessoas

surdas, que, iniciando com práticas espirituais, se estenderam para outras áreas da vida.

Foi nesses espaços também que a formação de intérpretes comunitários se deu. Esses intérpretes expandiram sua atuação, mais adiante, para além daquele contexto até chegar à profissionalização.

“Minha mãe, minha irmã e meu pai buscavam emprego para os surdos nas grandes empresas em São Carlos, como a *Tecumseh* (nem chamava *Tecumseh* na época, era *Sicom*), a *Sicom*, a *Eletrolux*, a *Tapete e Toalha*, a *Volkswagen*. (...) Lembro que eu fui interpretar aos quinze anos o curso de iniciação na *Tecumseh* (é um curso que, quando você entra na empresa eles explicam como funcionam os equipamentos e assim por diante). Imagina! Eu nunca tinha interpretado esse tipo de conteúdo para surdo nenhum.” (entrevista realizada em 2019)

Excerto 3: Primeiros trabalhos de cunho social com os surdos

O ingresso dos surdos em ambientes de trabalho marca um início de uma formação diferenciada para os intérpretes que, até então, só atuavam na esfera religiosas. São esses mesmos intérpretes que, juntos aos surdos, vão ingressar em outros contextos sociais e alcançar novos espaços. Queremos chamar atenção aqui para o fato de que a língua é usada para fazer coisas (CLARK, 1996) e o seu desenvolvimento depende das atividades sociais com a qual os sujeitos estão envolvidos: no momento em que os surdos ingressam no espaço de trabalho, ele tem que lidar com novas regras sociais com as quais não lidavam anteriormente e sua língua de sinais também evolui. Nesse momento, os próprios intérpretes também se veem obrigados a ingressar em novas práticas sociais em língua de sinais, de modo que o ingresso dos surdos em novos espaços foi também formativo para esses intérpretes que estavam aprendendo libras e interpretação de línguas com a própria comunidade surda. Conclui-se que, visto que a língua é usada para fazer coisas, à medida que os surdos começam a entrar em novos espaços sociais, os intérpretes vão recebendo uma formação diferente daquela em que eles foram iniciados dentro das comunidades religiosas.

Todas essas descobertas e aprendizado ocorreram naquele período final dos anos 90. Depois desses anos, mais precisamente vinte anos depois, podemos

observar que houve uma evolução muito grande dos surdos, pois agora eles estão ficando mais politizados e acadêmicos. Desse modo, se naquele tempo, a formação se dava apenas por uma inclusão na comunidade, hoje existem outros espaços de formação possíveis, como, por exemplo, os cursos de graduação em Tradução e Interpretação em Libras | Língua Portuguesa, como é o caso do curso em que estou me formando. Mesmo assim, não podemos entender que os espaços das igrejas deixaram de existir como espaços de formação de intérpretes. As igrejas continuam sendo um local onde os surdos frequentam, buscando, mais um local para a sua inclusão e socialização.

Há, porém, diferenças nas formações oferecidas na Universidade e nas comunidades religiosas. Vou dar um exemplo pessoal: no semestre passado, participei de um curso de extensão na Universidade em que estudo (UFSCar), que foi criada pelo meu professor orientador. Essa atividade de extensão é voltada para a comunidade religiosa de uma determinada denominação cristã. O objetivo é aperfeiçoar a fluência desses intérpretes que já atuam na igreja e praticar técnicas de interpretação. Durante a extensão, surpreendi-me ao ver que o grupo de alunos sabe muito de interpretação no contexto religioso, sem, contudo, conhecer as teorias que aprendemos durante a graduação em Tradução e Interpretação. Eu, contudo, apesar de conhecer todas as teorias, não me sinto inserida em uma comunidade de sinalizadores. Essa parece ser a principal diferença entre as duas formações: enquanto a formação na igreja é voltada para um contexto muito específico e as práticas são quase que inteiramente desprovidas de teorização, nas formações em cursos superiores, estudamos a interpretação, teoricamente, em relação a uma diversidade muito maior de contextos sociais, sem, contudo, estar, durante a formação, inserido em nenhuma delas. Embora os estágios do curso prevejam momento de inserção em contextos específicos, essas inserções se dão sempre depois de um amplo estudo teórico sobre eles, o que parece não acontecer no contexto religioso. As formações que aconteciam no contexto religioso, conforme fala do entrevistado, pareciam estar centralizadas em congressos oferecidos pela própria comunidade religiosa, dos quais os intérpretes participavam para se atualizar.

“Nós fomos bastante a congressos regionais, como o Congresso de Surdos em Ourinhos, e em outros lugares. Fomos para Curitiba. Eu lembro que fomos a congressos grandes, sempre conhecendo e aprendendo coisas novas, foi assim que comecei de 1999 até 2005.” (entrevista realizada em 2019)

Excerto 4: Formação de intérpretes em congressos da área

De acordo com o depoimento do intérprete, os Congressos que aconteciam nas igrejas em várias cidades e estados no Brasil foram mais uma importante etapa que agregou e enriqueceu a formação podendo conhecer outros surdos com sinalizações diferentes e culturas também. Para além desse espaço, outros espaços foram se abrindo para os intérpretes: os primeiros encontros que ocorreu no Brasil foram I e II Encontro Nacional de Intérpretes em 1988 e 1992 foi muito importante, pois promoveram trocas de vivências e de experiência em diferentes contextos. O II Encontro teve um marco muito importante para a categoria, pois nele foi aprovado a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, a FENEIS (QUADROS, 2004) que promove bancas para avaliação de proficiência linguística e expedindo certificados no caso de aprovação do candidato, as pessoas que compareciam a esses encontros vinham das igrejas evangélicas e também das próprias famílias do surdo e também os voluntários cristão os CODAS (Child of Deaf Adults) eram referidos em língua inglesa por HCDPs (Hearing Children With Deaf Parents) crianças ouvintes com pais surdos. Assim, vemos que as formações nas comunidades religiosas e nos cursos de graduação divergem: enquanto as primeiras se voltam inteiramente para o contexto religioso e forma os seus intérpretes no contexto prático com a comunidade surda, os cursos de graduação procuram dar aos alunos um aporte teórico diversificado antes de promover contato com os locais de estágio, o que pode favorecer um sentimento de não pertencimento a uma comunidade de sinalizadores neste último caso.

Analisando a entrevista do intérprete neste trabalho, percebemos que a sua formação adquire outra faceta quando ele ingressa como estagiário no espaço do ensino superior. Quando começou a interpretar para uma aluna surda em um curso de doutorado, ele observou o quanto a sua libras era informal: ele não tinha vocabulário suficiente para interpretar aquele tipo de conteúdo e, como na igreja onde começou a sua formação, os surdos não enunciam em libras durante os

cultos, eram discretos em se pronunciar, foi então que se deparou com sua grande dificuldade interpretar da libras para o português. Nas aulas do doutorado, a aluna surda enunciava em libras e ele precisou da ajuda (praticamente uma tutoria) de alguém mais habituado a lidar com esse tipo de discurso, o acadêmico.

“E eu vinha de um contexto onde os surdos na igreja não participam tanto, pelo menos não naquela época, não participava sinalizando, enunciando eles mesmos. Essa experiência de interpretar (da libras) para o português, eu não tinha.” (entrevista realizada em 2019)

Excerto 5: Contexto em que os surdos não participavam muito sinalizando

A partir do relato com o intérprete entrevistado, percebe-se que a sua inserção em práticas com as quais ainda não tinha contato se deu também de modo prático, primeiramente, na interação entre ele e a aluna surda com quem ele trabalhava. Nesse novo contexto de estágio, a parceria do surdo serviu para aprendizado e enriqueceu a sua formação como intérprete que tinha uma carência acadêmica. Observamos que o contato, convívio com a pessoa surda facilitou o acesso a essa área específica de atuação antes não acessada por ele.

“Eu sou muito grato à Mariana. Nas primeiras semanas de aula, ela praticamente me dava aula de libras. Eu fazia muita datilologia e ela me passava o sinal. A Lara também, como ela fazia a disciplina junto com a Mariana, então, ela também me ajudava.” (entrevista realizada em 2019)

Excerto 6: Formação em serviço, sendo tutorado

Neste ponto da discussão, a partir do relato do intérprete, chegamos a discussão sobre o que viria a ser fluência em libras. A partir da entrevista, podemos entender que, como em qualquer língua, a fluência na libras acontece de acordo com a imersão em um dado contexto social. O domínio da língua, então, está relacionado aos espaços em que ela é usada: se o indivíduo surdo vive dentro de sua casa com seus familiares surdos, ele provavelmente saberá aqueles sinais necessários para uma conversação caseira, ou seja, é suficiente para ele se comunicar, então ele é fluente naquele contexto específico de interação. O intérprete, de igual modo, sabia libras naquele contexto social que vivia relacionado

a práticas que levava a sua libras a ser considerada “mais informal”. Quando ele chegou num contexto acadêmico, mais formal, percebeu que faltava vocabulário para atuar naquele contexto.

“A questão é: o que é a fluência? A gente acha que ser fluente é poder dizer “eu sei libras”. Não! Veja, você observa um surdo que não tem muita escolaridade, um surdo da comunidade surda de São Carlos, que tem uma sinalização toda diferente – nada acadêmica, nada de português – mas, ele fala do jeito dele, então, ele é fluente.” (entrevista realizada em 2019)

Excerto 7: A questão da fluência em libras

Mais uma vez, esse relato chama a atenção para a relação entre língua e o seu uso em contextos sociais reais. Há, a esse respeito, ainda um ponto a considerar em relação ao trabalho do intérprete, que diz respeito ao atual estado de descrição da libras neste momento: praticamente inexistem materiais que descrevam a libras usadas em ambientes específicos. Existem línguas em que o vocabulário de áreas específicas está muito bem registrado em manuais, como é o caso do inglês, do espanhol. A respeito dessas línguas, existem materiais como “inglês para negócios”, “inglês para a área da saúde”. A respeito da libras, ainda são poucos os materiais que registrem esse tipo de vocabulário, de modo que o intérprete iniciante não tem outro meio de se apropriar dele senão pela própria inserção nos ambientes em que atuará fazendo uso desse vocabulário.

A interação do intérprete com a comunidade surda se faz necessária, pois é uma via de mãos duplas, ou seja, o surdo obtendo informações com o intérprete, e o intérprete melhorando a aquisição da língua, mas vimos também que existem trabalhos voluntários que partem da associação, das igrejas que mesmo com a evolução da área continuam sendo um ponto de apoio para os surdos. Mas quando perceber um determinado local precisa de um intérprete ou uma pessoa voluntária, aonde ver a necessidade de ter um profissional prestar atendimento ao indivíduo surdo. Há lugares que a presença desse profissional é obrigatória, mas que esses espaços não contam com um intérprete.

“Vejo que é importante você participar da comunidade surda e é importante fazer trabalho voluntário, mas eu penso que não seja tão difícil você conseguir saber quando, entendeu? Acredito que a gente tem um senso, que dá para olhar e saber quando fizer trabalho voluntário. Você pensa: “tá errado”? Está. Era para esse hospital ter um intérprete? Era. Mas ele não tem. Então até ele conseguir, o surdo vai ficar sem o serviço.” (entrevista realizada em 2019)

Excerto 8: Sobre trabalho voluntário

Nesses anos de graduação e intenso aprendizado, observei que o intérprete faz várias disciplinas para aprender a língua, usar o corpo, para se expressar e para intérprete assumido práticas que caracterizem a sua atuação como sendo imparcial. Podemos observar que o profissional acompanha o surdo em várias áreas, pois o surdo é um ser humano comum: ele precisa ir ao médico, tirar documentos até mesmo ir a uma delegacia. Para cada uma dessas atividades, ele precisa da intermediação de um profissional intérprete.

Em uma das palestras que tivemos durante a graduação, uma tratava especificamente da área jurídica, que é pouco ensinada durante a minha graduação. A professora palestrante nos relatou que as mulheres surdas são muito violentadas. Quando essas mulheres pedem a presença do intérprete na delegacia, esse profissional, segundo a palestrante, faz um papel de mediador de conflito também, isto é, a mediação não é somente linguística. Essa palestra foi proferida pela professora adjunta do Departamento de Artes e Libras da Universidade Federal de Santa Catarina da (UFSC) e intérprete de libras Silvana Aguiar dos Santos, pesquisadora na área de interpretação jurídica, com muitas experiências nessa área. Segundo o seu relato, há uma lacuna muito grande no Brasil nessa área. A falta de TILS nessa área não é por falta de demanda. Segundo a professora, que começou a atuar no ano de 1998, aprendendo libras dentro de uma sala de aula sem familiar surdo ou vínculo com religião, mas sim por uma escolha, ela já conhecia um intérprete antes de entrar para a Universidade.

Depois que se formou e começou a dar aula para surdos, a demanda aumentou na área jurídica e essa mediação que assim fazia não ficou somente neste contexto e sim em vários setores como fazer um exame de Corpo Delito, no qual o acompanhamento do intérprete de libras se faz necessário. O intérprete

precisa de uma preparação para saber como se posicionar neste momento singular na vida daquele ser humano que está em extrema fragilidade.

Mas, uma das grandes dificuldades nessa área é a terminologia, pela falta de glossários especializados que possam ser usados para buscar esses sinais específicos.

A falta de formação na área jurídica e a pouca experiência trouxe a necessidade de ter uma profissionalização mais profunda, pois o surdo como um cidadão comum pode precisar ser atendido pela justiça a qualquer momento. Exemplos disso são os conflitos de família, a contratação e a demissão em uma empresa ou o padecimento de algum desacato. Mas exemplificando também a necessidade dos magistrados e demais conhecer melhor a profissão de intérprete e como funciona sua atuação no jurídico. O intérprete na área jurídica quando se faz necessário é convocado por carta para uma audiência tendo seus honorários pagos pela justiça e não pelo cliente. Finalizando a palestra, a professora Silvana notificou que trabalha com vários cursos, palestras todos com ênfase na área jurídica.

Santos e Sutton (2018) discutiram também a ausência de profissional na área e as diferentes formas de sinalização que o intérprete poderá encontrar por existir conhecimentos culturais singulares. Faz-se notória a necessidade de cursos de formação para melhorar o atendimento do surdo neste contexto, visto que o surdo é um cidadão comum que têm direitos e deveres como qualquer outra pessoa. O autor mostra o que alguns países fizeram para reverter esse quadro, com levantamento de documentações e estudos específicos para ampliar esse conhecimento e preencher essa lacuna de vocabulário específico que no Brasil ainda é grande. Visto que em outros países os intérpretes podem ser gravados nas audiências, essas gravações se tornam material que contribui para estudar essas práticas. Infelizmente, no Brasil, gravações desse tipo não podem ser feitas.

Uma das etapas de preparação de um intérprete para uma atuação pode ser a de estudar o conteúdo antes, se um material de apoio for entregue com antecedência. De acordo com o intérprete entrevistado, tal material de apoio não é fornecido antes ao intérprete. A afinidade com o conteúdo, previamente estudado, é importante, visto que a construção do significado depende não somente daquilo que é enunciado no momento da interação, mas do conhecimento de fundo que as

peças têm sobre aquilo que é dito (CLARK, 1996)². Uma vez que a formação do profissional intérprete é algo generalista, ou seja, não tem um aprofundamento em todas as áreas em que ele atua, dependendo do assunto a ser interpretado, o intérprete precisará se preparar para atuar em uma determinada situação.

“Mas sempre que o pessoal manda o material antes, eu olho, procuro saber quem é fulano. No ENAPTILSP, a gente procurou vídeos dos professores sinalizando. Mas, nas aulas mesmo, a gente pede o material com antecedência. Nem sempre mandam. Mas, quando mandam, não leio o texto todo, é lógico, mas dou uma olhada, vejo quem é o autor. (...) Mas, isso depende muito do curso, do assunto. Tinha uma aluna no curso de Matemática. Ela faltava muito. Depois voltou, mas sempre faltava. No começo, a gente ficava a aula inteira, mesmo quando ela faltava. Porque, imagina, se ele chega à metade do curso, como vou entender aquilo para interpretar?” (entrevista realizada em 2019)

Excerto 9: Preparação prévia para atuar em contextos diversos

² Conferir a noção de ‘Common ground’ (Clark, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho procurei mostrar como se deu a formação de um tradutor/intérprete que se tornou intérprete no meio religioso antes dos anos 2000 e, foi nos anos seguintes, se profissionalizando. Visto que, como discutido inicialmente, ainda há com pouco registro de história oral dos intérpretes de primeira geração, este trabalho propõe uma empreitada nesse sentido. Durante a entrevista, o intérprete falou sobre as dificuldades encontradas no início da profissão, sobre as descobertas de ambos, surdos e os intérpretes, ao adentrarem novos espaços sociais antes não ocupados por essa comunidade e sobre as estratégias usadas por ele em sua formação que se deu na prática. Concluo que muitas das experiências relatadas poderão ser úteis na elaboração de propostas para uma melhor readequação de cursos de formação de para os futuros profissionais intérpretes.

O que podemos fazer para melhorar ainda mais as formações? O que podemos fazer para auxiliar nessa transformação? Essa discussão pode ser aprofundada em futuros trabalhos, porque enquanto há discussões sobre o tema específico sempre haverá oportunidade de mudanças, a língua é fenômeno de constante aprendizado e reformulação. Hoje a área já foi desbravada, os surdos já estão no mercado de trabalho, nos cursos universitários e com essa evolução do processo precisamos refletir como os cursos das Universidades, em como as práticas pedagógicas podem ser formuladas e reformuladas a partir de novas discussões, como a que aqui se propõe, para abarcar alguns desses elementos que eram comuns na formação comunitária, hoje visto sobre um novo prisma e sob nova elaboração teórico-metodológica.

Esse trabalho particularmente trouxe um olhar para essa profissão que me fez refletir sobre qual legado que vamos deixar para as futuras gerações e como poderão essas gerações ter acesso às experiências já acumuladas e saber como se deu o início da área e quais foram as dificuldades para o começo dessa profissão. Nesse sentido, é preciso sempre registrar todos esses acontecimentos pelos procedimentos da uma História Oral, que, no fim das contas, é o registro de uma História de Superação e crescimento de surdos e intérpretes, trabalhando de cooperação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2019.

BRASIL. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005.

BRITO, F. B. de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais.** Orientadora Rosângela Gavioli Prieto. 2013. 275 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2013.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira.** Volume: I Sinais de A a L. São Paulo: Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, FENEIS Brasil Telecom, 2001a.

CLARK, H. **Using Language.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

FENEIS. **Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.** Disponível em: <https://sp.feneis.org.br/>. Acesso em: 18 abril 2018.

FREITAS, M. S. do R. Religião e inclusão social: uma análise sobre o trabalho de inclusão de surdos em igrejas cristãs de Belo Horizonte. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 14, n. 42, p. 665-667, 30 jun. 2016.

LACERDA, C. B. F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos CEDES**, v. 19, n. 46, Campinas, set. de 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 abril 2019.

LACERDA, C. B. F. de. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação**, v. 19, n. 36, p. 133–153, 2010.

LEITE, T. A. **O ensino de segunda língua com o foco no professor:** história oral de professores surdos de língua de sinais brasileira. 2004. 250 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2004.

MARTINS, V. R. O. **Educação de surdos no paradoxo da inclusão com intérprete de língua de sinais:** relações de poder e (re)criação do sujeito. 2008.

139 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251917>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

MARTINS, V. R. O. **Posição-mestre**: desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2013. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/250830/1/Martins_VanessaReginadeOliveira_D.pdf. Acesso em: 1 ago. 2019.

MARTINS, V. R. O.; NASCIMENTO, M. V. Da formação comunitária à formação universitária (e vice e versa): novo perfil dos tradutores e intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro, **Cadernos de Tradução**, v. 35, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p78>. Acesso em: 13 jul. 2019.

MCCLEARY, L. E. História oral: Questões de língua e tecnologia. In: SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V. B. (orgs.). **Memória e diálogo**: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 93-123.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MOURA, Maria Cecília de. (2000), O surdo: caminhos para uma nova identidade. PERSPECTIVA, **Erechim**. v. 34, n. 128, dezembro/2010. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/128_147.pdf. Acesso em: 18 jul. 2019.

PEIXOTO, J. A.; PEIXOTO, R. de L. Reflexos da identidade religiosa da pessoa surda na variação linguística em libras e suas implicações na tradução/interpretação. **Anais** do III Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Florianópolis: UFSC, 2012.

QUADROS, Ronice Muller. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC, 2004.

SANTHIAGO, R. MAGALHÃES, V. (orgs.). **Memória e diálogo**: escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral. São Paulo: Letra e Voz: Fapesp, 2011.

SANTOS. S. A.; SUTTON, S, R. A profissionalização de interpretes de línguas de sinais na esfera jurídica. **TRANSLATIO**, v. 1, p.264-289, 2018.

SILVA, C. A. de A. **Cultura Surda**: agentes religiosos e a construção de uma identidade. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2012.

SOBRAL, A. U. As Relações entre Texto, Discurso e Gênero: Uma Análise Ilustrativa. **Revista Intercâmbio**, v. XVII: 1-14, 2008. São Paulo: LAEL/PUC-SP.

THOMPSON, P. **A voz do passado História oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ANEXO – Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Por uma história oral dos tradutores/intérpretes de Libras: discutindo a formação profissional

Pesquisador: João Paulo da Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 02648318.7.0000.5504

Instituição Proponente: Departamento de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.318.681

Apresentação do Projeto:

Este trabalho tem como objetivo discutir a elaboração de um projeto de história oral de tradutores-intérpretes de língua de sinais (TILS) que constituem o que vou chamar aqui de 'primeira geração', isto é, aqueles que, iniciando atividades de tradução e interpretação libras/português entre os anos de 1980 e 2000 em contextos de comunidades evangélicas, passaram, posteriormente, a atuar profissionalmente no mercado de libras que foi iniciado a partir das diversas lutas que esses mesmos intérpretes, em parceria com a comunidade surda, desempenharam na luta pelos direitos dessa comunidade (ASSIS, 2004). Este projeto se justifica na medida que estamos num momento histórico de transição na constituição do perfil profissional dos tradutores-intérpretes de libras/português no Brasil: por determinação legal, com a abertura de cursos superiores de formação em tradução e interpretação em libras/português, os tradutores-intérpretes profissionais deixam de ser formados informalmente em comunidades religiosas e passam a ser formados em cursos superiores nas universidades. O registro da experiência acumulada pelos tradutores/intérpretes da primeira geração que hoje atuam profissionalmente, alguns com mais de vinte anos de atuação e com grande notoriedade entre a comunidade surda, é um importante trabalho a ser feito, mas até agora ainda não desenvolvido. Certamente, a narração de experiência dessa geração de intérpretes traz uma importante contribuição para formação da nova geração de intérpretes, pois, sem memória e sem projeto, não há produção de conhecimento. A partir das entrevistas concedidas, analisaremos, tomando

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
UF: SP Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685 E-mail: cephumanos@ufscar.br